



NUTRICIONALE
COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Comércio de Gêneros Alimentícios em Geral, Cestas de Alimentos,
Kit de Natal, Alimentação Escolar, Carnes e Embutidos,
Produtos Láticos, Hortifrutigranjeiros, Bebidas, Produtos de Limpeza
e Higiene Doméstica, Produtos p/ Higiene Pessoal,
Materiais de Escritório e Suprimentos de Informática.

FONE: (17) 3211-2030

www.nutricional.com.br / e-mail: nutricional@nutricional.com.br

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO
MUNICÍPIO DE ASSIS - FEMA**

Ref.: Processo Licitatório nº 012/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026

NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.528.442/0001-17, com sede na Rua Wilk Ferreira de Souza, nº 251, Distrito Industrial, na cidade de São José do Rio Preto/SP, representada por sua advogada, bastante procuradora que esta subscreve, na forma de seus atos constitutivos, com fundamento no art. 165, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições do edital, interpõe o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que a desclassificou do certame em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I - DOS FATOS

A Recorrente participou do Pregão Eletrônico n  046/2026, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAFÉ TORRADO EM GRÃOS". Durante a fase de lances, a Recorrente apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, ofertando o menor preço para o item licitado.

No entanto, foi sumariamente desclassificada por ter cotado o café da marca "Santa Alcina", em detrimento da marca "Jaguari", que o edital indicava como exigência no Anexo I - Termo de Referência.

A decisão de desclassificação, *data venia*, ignora a flagrante ilegalidade da cláusula que restringe a marca do produto, violando os princípios basilares do processo licitatório e prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

II - DO DIREITO

1. Da Vedac  o   Indicação de Marca e da Restrição   Competitividade

A regra geral em licitações públicas é a vedac  o   indicação de marcas, conforme o art. 41, inciso I, da Lei n  14.133/2021. Tal vedac  o visa a garantir a isonomia entre os licitantes e ampliar a competitividade, permitindo que a Administração Pública obtenha a proposta mais vantajosa.

A exigência de uma marca específica, como fez o Edital em questão, direciona o certame e restringe indevidamente a competitividade, ferindo de morte o princípio da ampla concorrência. Ao invés de descrever o produto de forma detalhada e permitir que os licitantes ofereçam produtos equivalentes ou de qualidade superior, a Administração optou por limitar o universo de proponentes, o que é expressamente vedado.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento pacífico sobre o tema, consolidado na Súmula n  270, que, embora editada sob a égide da Lei n  8.666/93, continua plenamente aplicável:

"Em licitações referentes a compras, é vedada a indicação de marca, bem como a de características exclusivas, exceto nos casos em que for tecnicamente justificável ou quando o produto padronizado for o único que atenda ao interesse da Administração."

2. Da Justificativa Técnica Insuficiente

O Termo de Referência (item 10.5) tenta justificar a escolha da marca "Jaguari" com base na "padronização e compatibilidade técnica com os equipamentos atualmente utilizados pela Fema". Contudo, tal justificativa   frágil e não se sustenta.

A compatibilidade de um insumo não pode ser atrelada a uma única marca. O correto seria a Administração descrever as especificações técnicas do café necessário para o bom funcionamento das máquinas (como tipo de grão, nível de torra, oleosidade, etc.), permitindo a oferta de produtos similares ou de qualidade superior que atendam a esses requisitos. A simples alegação de que "a utilização de produto diverso poderá ocasionar falhas"   genérica e não comprova, de forma cabal e inequívoca, a impossibilidade técnica de utilização de outros caf s.

Permitir que a Recorrente demonstre a compatibilidade do seu produto – seja por meio de laudos, catálogos técnicos ou amostras –   a medida que garante a competitividade e a busca pela economicidade, sem qualquer prejuízo   Administração.

A jurisprudência do TCU é clara ao afirmar que a justificativa para indicação de marca deve ser robusta e detalhada, demonstrando que nenhum outro produto similar atende às necessidades do órgão, o que não ocorreu no presente caso.

3. Da Proposta Mais Vantajosa

A Recorrente ofertou o menor preço no certame, o que representa a proposta mais vantajosa para a Administração em termos econ micos. A sua desclassificação por um formalismo ilegal causa prejuízo direto ao erário, que deixar  de economizar para contratar com preço superior, apenas para atender a uma exigência restritiva e direcionada.

O objetivo final da licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa (art. 11, I, da Lei 14.133/2021), e a decisão de desclassificar a Recorrente vai na contramão desse princípio.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, a Recorrente requer:

- a) O conhecimento e provimento do presente recurso administrativo para reformar a decisão que a desclassificou do Pregão Eletrônico n  046/2026;
- b) A anulação da cláusula do edital que exige marca específica, por ser ilegal e restritiva à competitividade;
- c) Subsidiariamente, caso não se anule a cláusula, que seja aceita a proposta da Recorrente, mediante a apresentação de documentos (catálogos, laudos ou amostras) que comprovem a similaridade e compatibilidade do café "Santa Alcina" com as necessidades da Administração;
- d) A consequente habilitação e declaração da Recorrente como vencedora do certame, por ter ofertado a proposta mais vantajosa, determinando-se o prosseguimento da licitação.

Nestes termos, Pede deferimento.

São José do Rio Preto/SP, 30 de junho de 2026.

FERNANDA NEVES NORONHA
OAB/SP N  338.157

PROCURAÇÃO

NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.528.442/0001-17, estabelecida nesta cidade de São José do Rio Preto/SP, à Rua Wilk Ferreira de Souza, Distrito Industrial, Cep: 15.035-510, neste ato representada por Edna Maria da Cruz Faitarone, brasileira, viúva, empresária, portadora do RG nº 16.397.807-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 080.745.218-18, nomeia e constitui sua bastante procuradora a advogada **FERNANDA NEVES NORONHA inscrita na OAB/SP nº 338.157**, a quem confere os mais amplos e gerais poderes para o foro em geral, inclusive os da cláusula "*ad judicia*", podendo para tanto, notificar extrajudicialmente, promover, contestar, desistir ou variar de ações, recorrer, firmar termos, acordos e compromissos, receber, dar quitação, requerer levantamento de importâncias depositadas judicialmente, substabelecer no todo ou em parte os poderes ora recebidos, praticando todos os atos necessários à defesa do presente mandato, especialmente para apresentar **Recurso Administrativo**, referente ao Pregão Presencial nº 46/2026, da Prefeitura Municipal de Assis/SP.

São José do Rio Preto/SP, 30 de junho de 2026.

NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Edna Maria da Cruz Faitarone